
Migrações internacionais para o Japão e a formação escolar dos filhos de dekasseguis.

Maringá – Paraná-Brasil *

Alice Yatiyo Asari **

Luzia Mitiko Saito Tomita ***

RESUMO

O artigo trata das migrações internacionais e os reflexos na vida escolar de trabalhadores brasileiros descendentes de japoneses (“dekasseguis”), que se dirigem para o Japão a fim de compor o contingente de mão-de-obra nas empresas japonesas (indústrias e prestação de serviços). O caráter temporário deste fluxo migratório tem penalizado os filhos de “dekasseguis”, e, nesta pesquisa se enfoca os problemas causados pela interrupção dos estudos no Brasil, a adaptação ao novo local de estudo e o retorno ao Brasil.

PALAVRAS-CHAVES: migrações internacionais, dekasseguis, formação escolar

INTRODUÇÃO

Os estudiosos das questões populacionais consideravam, até o Censo Demográfico de 1980/IBGE, que a população brasileira era “fechada”, alterando-se apenas pela mortalidade e natalidade, pois a participação da população estrangeira era bastante pequena. Apenas para exemplificar, em 1920 os estrangeiros participavam com 5,1% da população residente no país, e em 1980 essa participação representava apenas 0,8%. Observe-se ainda que o Brasil até os anos 50 recebeu cerca de cinco milhões de imigrantes estrangeiros, encerrando-se então a “vocação” receptora da história brasileira. (Patarra e Baeninger, 1995).

A partir da década de 80, há uma modificação neste panorama, quando os movimentos migratórios internacionais passaram a mostrar

uma outra faceta, em que brasileiros se dirigem principalmente para os Estados Unidos, Japão e países da América Latina, fato que sinaliza a existência de uma crise econômico-social nos países de saída, justaposta ao impacto das transformações nas estruturas econômicas nos países de recepção, apoiado na flexibilidade dos processos e mercados de trabalho e dos padrões de consumo. (Harvey, 1994).

No caso brasileiro, o Ministério de Relações Exteriores realizou em 1996 um levantamento dos brasileiros no exterior, totalizando 1.324.189 pessoas, sendo que dentre os principais países receptores estavam os Estados Unidos, com 610.130, Paraguai, com 325.000 e Japão com 170.000 brasileiros.

No ano de 1997, segundo dados do departamento de Imigração do Ministério da Justiça do Japão, são 233.254 brasileiros

* Resultado parcial da pesquisa denominada “A report based on the field research in foreign countries regarding the Education of students from overseas countries”, coordenada pelo prof. Satoshi Kawanobe da Tokoha Gakuen University-Shizuoka, Japan. A equipe de pesquisadores é constituída de professores desta Universidade: Taijun Saito, Sampei Suzuki, Jandyra Maeyama, Hironori Nagashima e XinMin Yu e de colaboradores externos do Brasil, da Universidade Estadual de Londrina, NRE-Secretaria de Educação de Maringá e de Assaí-Pr.

** Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina- Paraná – Brasil

*** Coordenadora Pedagógica da Área de Geografia e Educação Ambiental do Núcleo Regional de Educação de Maringá e Professora do Curso de Especialização em Ensino de Geografia da UEL-Londrina-Pr.

(“nikkeis”) registrados no país, sendo que 62% estão distribuídos nas seguintes províncias:

– Aichi.....	42.917	brasileiros
– Shizuoka.....	32.202	“
– Kanagawa.....	15.434	“
– Nagano.....	14.676	“
– Gunma.....	13.933	“
– Mie.....	12.433	“
– Saitama.....	12.226	“

Observe-se ainda que, outros países sul-americanos têm contribuído para compor a mão-de-obra não especializada e temporária do setor produtivo japonês, como se verifica nos dados a seguir, referentes a dezembro/97, da instituição japonesa responsável pelo registro de estrangeiros:

País	nº de pessoas	%
Brasil	233.254	82,8
Peru	40.394	14,3
Bolívia	3.337	1,2
Argentina	3.300	1,2
Paraguai	1.466	0,5
Total	281.751	100,0

Este deslocamento de pessoas em direção ao Japão tem seu início em meados dos anos 80, alcançando em 1991 mais de 100 mil pessoas, e em 1997 apresenta o dobro de pessoas, mesmo com a crise porque tem vivenciado este país.

E é sobre os reflexos deste movimento migratório que estaremos tratando nesse relatório preliminar das pesquisas empíricas realizadas neste ano, em conjunto com os professores Jandyra Macyama, Sampei Suzuki, Taijun Saito, da Universidade de Tokoha Gakuen, de Shizuoka. Este trabalho faz parte da pesquisa denominada “O processo educacional dos estudantes brasileiros de 1º e 2º graus no Japão, cabendo-nos, na qualidade de colaboradores externos, fazer um resumo dos resultados parciais obtidos até o momento.

No ano de 1998 escolheu-se como área de estudo o município de Maringá para a realização da pesquisa empírica, junto aos “dekasseguís” e seus filhos em idade escolar que os acompanharam ao Japão.

No item a seguinte, faremos uma sucinta apresentação do município de Maringá, que possui uma significativa comunidade de nipo-brasileiros.

A) A PESQUISA EMPÍRICA

A.1. O município de Maringá

O município de Maringá faz parte do empreendimento da Companhia de Terras Norte do Paraná, de capitalistas ingleses, que adquiriu do Governo do Estado do Paraná, uma gleba de 550 mil alqueires (um alqueire corresponde a 24.200 m²), na região norte-paranaense. Destes, 515 mil alqueires foram adquiridos até 1928 (CMNP, 1975:p.59) e posteriormente, em 1944, mais 29 mil alqueires no território do Norte Novíssimo, na zona de Cianorte e Umuarama (Padis, 1981:p.91). A companhia colonizadora parcelou a área em pequenas propriedades (de 10 a 20 alqueires), vendendo-as a famílias com experiência na agricultura, residentes no Estado de São Paulo, principalmente. Dentre essas famílias encontravam-se muitas famílias de imigrantes japoneses que haviam trabalhado na cultura do café no oeste paulista. Municípios de significativa importância, além de Maringá, resultaram deste empreendimento, tais como: Londrina (a 1ª cidade fundada pela Companhia), Umuarama, Cianorte, Apucarana, Cambé, Rolândia, Arapongas, Jandaia do Sul, Mandaguari.

Maringá torna-se município no ano de 1947 e, segundo a AMUSEP (Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense), é um dos três mais importantes pólos de desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Estado. Sua população atual é estimada em 271.347 habitantes, sendo que 96% residem na zona urbana.

Segundo a publicação Perfil de Maringá (1987), a superfície do município é de 47.306 hectares; situa-se a noroeste do Estado, numa altitude média de 554 metros acima do nível do mar, num espigão divisor de água, entre os rios Pirapó e Ivaí.

Possui uma posição privilegiada em relação a rede viária, com rodovias asfaltadas que ligam a todas as cidades do Estado, assim como os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Por localizar-se em um dos eixos de acesso às Cataratas do Iguaçu e às fronteiras com o Paraguai e Argentina, Maringá é também incluída em roteiros turísticos do país.

O clima de Maringá, segundo a classificação de Koppen, é do tipo Cfa, clima tropical modificado pela altitude, com verão quente e

temperatura do mês mais quente acima de 22° C. Geologicamente, a região em foco tem origem na Era Mesozóica (230 a 65 milhões de anos), do período Jurássico e Cretáceo, e rochas originárias de lavas basálticas e arenitos. Predomina o relevo plano e suave ondulado, cujos espigões constituem divisores de águas secundárias e suaves colinas e platôs. Apresenta, em geral, solos profundos, bem desenvolvidos e de alta fertilidade natural (latossolo e terra roxa estruturada). É uma região onde hoje, se desenvolve uma agricultura de tecnologia moderna, intensamente mecanizada. No entanto, vale lembrar que a cidade surgiu no período áureo do café e hoje apresenta uma produção agrícola diversificada, composta de soja, trigo, algodão, milho, cana-de-açúcar, bicho-da-seda e produtos hortigranjeiros.

Observa-se que esta região, dotada de qualificação para um processo de desenvolvimento agrícola e industrial, por seu estratégico posicionamento físico, tornou-se ponto de convergência de malhas rodoviárias e ferroviárias, polarizando uma vasta área de influência.

Quanto a população, o município é constituído de diversas etnias, em decorrências das correntes migratórias que para cá se dirigiram, a exemplo dos japoneses, árabes, portugueses, alemães, italianos e outros, que enriqueceram a cultura do município com a preservação de suas tradições, do seu folclore.

No setor industrial, destaca-se a agroindústria, além do setor têxtil, confecções e indústria da construção civil. No que se refere ao comércio e serviços o município conta com modernos shoppings centers, lojas de departamentos, além de propiciar condições para o desenvolvimento de atividades culturais.

A. 1.1. A comunidade nipo-brasileira de Maringá

As informações que se apresentam a seguir são baseadas em entrevista concedida pelo dr. Shudo Yassunaga, vereador de Maringá e membro atuante nas várias entidades “nikkeis”. Segundo o entrevistado, a comunidade nipo-brasileira de Maringá conta com cerca de quatro mil famílias, que vivem, na sua maioria, na zona urbana, embora tenham propriedades na zona rural. É um grupo que faz questão de manter as tradições orientais, principalmente nas comemorações ligadas a este segmento étnico.

Os primeiros japoneses formavam um grupo constituído de 65 famílias e chegaram a Maringá à época da fundação da cidade. Já em 1947 fundaram o Nippon-Jin-Kai, a versão inicial de clube social e cultural da colônia japonesa.

Os imigrantes japoneses, acreditando no potencial da terra fértil, investiram, lançando-se à luta, resultando na participação atuante em todos os setores de atividades. Foi importante a tradição agrícola trazida pelos japoneses no início da colonização.

Ressalte-se a importância exercida pela comunidade nipo-brasileira, onde sua história confunde-se com a história da evolução do próprio município. Hoje, os descendentes japoneses estão inseridos no cotidiano da cidade, com influência quer no campo empresarial, quer no campo político; exemplo deste destaque encontra-se no período de 1982 a 1986, em que 24% dos vereadores maringaenses eram de origem nipônica.

A. 1.2. Perfil Educacional de Maringá

No campo do ensino, Maringá atende um grande número de estudantes do município e da região, sendo considerado pólo regional de educação. São estabelecimentos de ensino pré-escolar até o 3º grau, tanto na rede pública como na privada que oferecem cursos de diversas modalidades.

A polarização de Maringá neste setor é justificada, principalmente pela presença de cursos superiores que oferecem opções para diversos cursos. Destaca-se a Universidade Estadual de Maringá, criada no ano de 1970. Cerca de nove mil alunos estão matriculados nos cursos de graduação das áreas de Ciências Exatas, Ciências Humanas, Letras e Artes, Ciências de Tecnologia, Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, de Estudos Sócio-Econômicos.

A estrutura educacional de Ensino Fundamental e Ensino Médio de Maringá, tem capacidade de atender 85 mil alunos, por ano letivo. Deste total, o maior número de vagas é ofertado pela rede estadual, que conta com 41 escolas. A Prefeitura Municipal mantém 30 escolas sob sua jurisdição atendendo desde a pré-escola até a 8ª série do Ensino Fundamental.

Maringá é sede do Núcleo Regional de Educação, tendo sob sua jurisdição as ações do

Ensino Fundamental e do Ensino Médio, das escolas públicas e privadas do município e de 24 outros municípios da região.

Com relação a Língua Japonesa, a comunidade conta com dez escolas de língua japonesa, inclusive na Universidade Estadual de Maringá, onde funciona o Instituto de Língua Japonesa. Cerca de 500 alunos, de descendências diversas, de vários níveis e faixas etárias freqüentam estas escolas.

A.2. A situação dos ex-dekasseguis de Maringá

O mundo vive sob o impacto de grandes transformações no campo social, político e econômico, face a acelerada alteração movida pela revolução técnico-científica. Soma-se a estes fatos a ocorrência de rompimento de fronteiras geográficas tradicionais.

O impacto desse fenômeno é sentido, segundo as peculiaridades de cada país ou nação, conforme o seu grau de desenvolvimento econômico e sua posição central ou periférica no contexto mundial.

Por isso, discutir a questão educacional, nos dias de hoje, necessita-se que se leve em conta as considerações acima, pois os sistemas educacionais, hoje, têm contribuído para aumentar as visíveis disparidades sociais, com a conseqüente exclusão social. No entanto, devemos salientar que o Brasil como um todo e o Estado do Paraná, especificamente, tem buscado a reformulação de currículos, atitudes, para que estas distorções sejam minimizadas.

Neste contexto, outras questões como as de ordem econômica, têm levado muitas pessoas ao desemprego, a insatisfação para continuar residindo no país. Assim, muitos brasileiros têm se dirigido a outros países na expectativa de melhorar suas condições de sobrevivência. É o caso dos brasileiros de origem japonesa que tem, desde meados dos anos 80, se dirigido para o Japão, na qualidade de trabalhadores temporários, enfrentando problemas, como as de adaptação ao clima, aos costumes, a língua, ao modo de vida do japonês.

Em Maringá, segundo estimativas da ACEMA (Associação Cultural e Esportiva de Maringá), o fenômeno “dekassegui” iniciou-se há seis anos. O ex-presidente da ACEMA, sr.M. Hossokawa, argumenta que “o que era para ser uma

alternativa de vida, vem se tornando um problema”. Muitos “dekasseguis” conseguiram poupar um capital razoável no Japão e quando retornam já não têm emprego, nem uma profissão definida. Assim, o que tem ocorrido é um movimento “pendular” de “nikkeis” entre o Brasil e o Japão.

Estima-se que cerca de 4.000 descendentes de japoneses de Maringá, já devem ter participado da experiência como “dekassegui”, segundo um dos “ex-dekasseguis”, que hoje faz recrutamento de mão-de-obra para empresas japonesas,. Alguns têm passado por muitas experiências amargas, porém, é importante não generalizar os casos, pois há registros de muitos que tiveram sucesso no Japão e, ao retornarem ao Brasil, fizeram bons investimentos, tanto empresariais como culturais. Essas pessoas não tiveram problemas de readaptação, ao contrário, reconquistaram o seu espaço no Brasil, com otimismo ainda maior, pela auto-confiança adquirida no Japão, enquanto “dekassegui”.

B) OS RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA EMPÍRICA

B.1. Os “dekasseguis” e a questão educacional

Cabe mencionar neste momento, os casos de inúmeros alunos que participaram da experiência como “dekasseguis”, quando muitos jovens cursando o Ensino Médio e o Superior trancaram suas matrículas por ocasião de sua ida para o Japão. Ao retornarem ao Brasil, poucos foram os que optaram em abandonar os estudos. Os que voltaram a estudar, têm deparado com problemas de adaptação ou complementação curricular, porém, sem grandes dificuldades para superar este problema. Tal fato pode ser creditado ao fato do afastamento ter sido uma opção do próprio aluno, na expectativa de ganhos monetários e a aquisição de novas experiências.

As experiências mais amargas têm ocorrido com os filhos que acompanharam os pais e tiveram que freqüentar as escolas dos dois países. Na verdade, movidos pela ilusão e com a probabilidade de conseguir salários elevados, as famílias têm se dirigido ao Japão, acompanhado dos filhos em fase escolar. Lá chegando, deparam com a obrigatoriedade de matricular os filhos na escola, pois os menores de 16 anos são obrigadas

freqüentar as aulas regularmente, sob pena de sanções para os pais omissos.

Portanto, são crianças, jovens que interromperam seus estudos no Brasil e ingressam no sistema escolar japonês, enfrentando a discriminação e as dificuldades de adaptação, principalmente no que respeita a não compreensão da língua japonesa. Ao retornarem ao Brasil, enfrentam novamente problemas para a readaptação psicológica, emocional, somada à nova adaptação curricular. A respeito dessa adaptação, a parte legal é analisada e orientada pelo setor de Documentação Escolar do Núcleo Regional de Educação. Esse processo é denominado “Revalidação e Equivalência de Estudos Feitos no Exterior”, que obedece a Deliberação 06/96 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná.

Denomina-se Revalidação, o processo que o aluno que estudou no exterior e retornando ao país de origem, submete-se a readaptação, para a reintegração do currículo. Existem casos em que o estudo realizado no exterior é convalidado, isto é, não requer a adaptação, podendo assim dar continuidade aos seus estudos.

O processo se inicia a partir do interesse do aluno, que requer a equivalência e a revalidação de estudos no Colégio credenciado pelo Conselho Estadual de Educação. Cabe a secretaria do estabelecimento examinar a documentação e encaminhar à Comissão de Professores designada pela direção do estabelecimento, para fazer a análise dos documentos, que determina os exames necessários, faz o acompanhamento, registrando em ata própria. Cabe então à direção do estabelecimento, caso seja aprovado pela Comissão, emitir o deferimento do pedido, convocando o interessado e encaminhando-o ao Núcleo Regional de Educação, que expede o certificado correspondente.

Anualmente, passam por este processo, muitos alunos que tiveram experiência de estudos no exterior, a exemplo dos Estados Unidos, Portugal, Paraguai, Alemanha, Tailândia e principalmente o Japão.

No Núcleo Regional de Educação de Maringá esses processos vêm tramitando por longos anos; a maioria está cursando o 1º grau, predominando os alunos de 1ª a 4ª séries. No ano de 1998, dentre os alunos que estiveram estudando no exterior, 13 alunos, filhos de “dekasseguis”, que

estiveram no Japão, estão tendo seu processo de revalidação em andamento.

Note-se que, pelas informações obtidas junto ao Setor de Documentação Escolar do Núcleo Regional de Educação, as questões legais não têm causados problemas sérios. O maior problema se localiza no encaminhamento pedagógico, que em última análise, revela os desajustes emocionais e psicológicos enfrentados pelos alunos, “vítimas” dos deslocamentos realizados pela família, no processo de migração temporária.

Não podemos deixar de fazer referências ao desempenho escolar dos filhos de “dekasseguis” que permaneceram no Brasil. Também neste caso, foram detectados problemas na vida escolar dos alunos, justamente pela ausência dos pais, para apoiá-los nesta fase da vida, tão importante para a formação do cidadão integral. Estes fatos não serão abordados neste relatório, face a necessidade de realizar entrevistas que possam dar o embasamento para as nossas análises.

B. 2. A pesquisa empírica em Maringá . “Dekasseguis” e os filhos em idade escolar.

A realização da pesquisa empírica foi baseada nos questionários aplicados no ano de 1997, em Assaí – PR. No entanto, face a impossibilidade de se fazer um levantamento em todos os estabelecimentos de ensino da cidade de Maringá, utilizou-se os dados constantes no Núcleo Regional de Educação, que possui informações sobre os alunos que fizeram requerimento para a Revalidação e Equivalência de Estudos Feitos no Exterior, pois uma das colaboradoras da pesquisa, profª Luzia Mítiko Saito Tomita, faz parte de sua equipe pedagógica. Foram ainda contactados “dekasseguis” mediante indicações de líderes da comunidade “nikkei”. Assim, foram realizadas oito entrevistas com os pais ou mães “dekasseguis”, e com os filhos – alunos que freqüentaram escolas (desde o pré-primário até o 1º e 2º graus) no Japão. O texto a seguir, representa o resultado preliminar das entrevistas realizadas.

A idade média dos pais é de 39,8 anos, sendo que a dos filhos varia de 02 a 24 anos. No período que residiram no Japão, os filhos tinham idades entre 2 e 11 anos, portanto todos estudaram em escolas japonesas, no pré-primário e no ensino

fundamental. Observe-se que os filhos com mais de 16 anos não frequentaram escolas, tendo sido encaminhados para o mercado de trabalho, juntamente com os pais.

Dos pais entrevistados, 50% são da 2ª geração (“nisseis”), 31% da 3ª geração (“sanseis”) e 19% são de origem não japonesa. No que se refere a escolaridade, 38% possuem curso superior, 50% o 2º grau e 12% o 1º grau. Quanto a atividade profissional, dedicavam-se ao comércio (frutaria, representante comercial), a prestação de serviços (contador, assistente social, fotógrafo, professor), sendo que duas são donas de casa, não exercendo atividade remunerada.

O grau de conhecimento da língua japonesa dos entrevistados é muito variado, pois 44% disseram que entendem apenas o “japonês básico” para sobreviver no Japão, havendo outros(50%) que tem um bom conhecimento (equivalente a 3ª/4ª série do sistema escolar japonês), e um dos entrevistados possui um grau de conhecimento da língua japonesa que o possibilita a freqüentar o curso superior no Japão.

Os entrevistados foram ao Japão entre os anos de 1989 e 1997, tendo permanecido de 01 ano a 9 anos; destes, três retornaram duas vezes ao Japão e um seis vezes, por razões de trabalho, para fazer contatos com empresas japonesas.

As causas da ida para o Japão estão centradas na melhoria das condições econômico-financeiras, no sonho e expectativa de um ganho melhor, além do desejo de conhecer um país do 1º Mundo, o Japão, aprender a língua japonesa ou por motivos de foro íntimo.

Note-se que 75% dos entrevistados conseguiram seu primeiro emprego no Japão por intermédio de empreiteiras e 25% por indicação de parentes e amigos. Assim, os que foram ao Japão contratados por empreiteiras residiram em apartamentos e alojamentos alugados ou com aval destas empresas de alocação de mão-de-obra, residindo com a família. Apenas dois dos entrevistados responderam que na primeira vez que foram trabalhar no Japão residiram com os colegas de trabalho, pois haviam deixado a família no Brasil.

Ao serem indagados quanto aos problemas enfrentados no Japão, 88% se referiram ao trabalho, diferente daquele exercido no Brasil, além das dificuldades relativas a comunicação no local de trabalho, até a adaptação ao tipo de trabalho, ao funcionamento das máquinas.

Houve também casos em que o tipo de trabalho, as condições do serviço, o salário, não foram as mesmas apresentadas por ocasião do recrutamento, fato que deve ser creditado ao mau gerenciamento das “empreiteiras”. O relacionamento com os colegas de trabalho, tanto com brasileiros quanto com os japoneses foi considerado um dos problemas enfrentados, assim como a instabilidade no emprego, já que eram contratados pela “empreiteira” e não diretamente pela empresa, fato que não propicia a consolidação de laços mais fortes com o local de trabalho.

No que se refere aos avisos da escola, foram citadas as dificuldades pelo não entendimento da língua, dos caracteres, recorrendo então aos colegas que tinham mais conhecimentos. Há que se ressaltar que algumas escolas já enviavam os avisos em língua portuguesa, ou então cabia a presidente da Associação de Pais, ler e explicar o conteúdo das correspondências dirigidas aos pais.

Quanto a saúde, não foram colocadas objeções, apenas que deveria haver maior orientação para a consulta a médicos especializados. Esta deve ser decorrente do fato de não se entender a língua japonesa o suficiente para se dar conta dos procedimentos diferenciados quanto a saúde nos dois países.

No período em que residiram no Japão, a maior parte dos entrevistados (88%) afirmou ter sentido muitas saudades dos familiares, em função da solidão, em parte provocada pela discriminação que sofreram por parte dos japoneses. NO entanto, 25% declararam que não sofreram quaisquer tipos de discriminação, ao contrário os japoneses faziam questão de cumprimentá-los, e depois que puderam se comunicar na língua local foram alvo de muita gentileza.

Questionou-se ainda sobre a comunicação entre os pais e os filhos. No Japão, a língua mais utilizada era o japonês (88%), enquanto os demais utilizavam os dois idiomas. A língua utilizada na residência era o português para a comunicação entre os familiares. Havia também casos em que se fazia uma “mistura” das duas línguas. Segundo um dos entrevistados, este fazia questão de utilizar o português para que o filho não esquecesse a língua pátria. Porém, o filho vivia uma situação de duplicidade, pois na escola ele tinha, obrigatoriamente, de utilizar o japonês porque senão seria marginalizado; em seu lar

tinha de voltar a falar a sua língua de origem, Este é um dos pontos “perversos” para os jovens e crianças que estão vivenciando duas realidades, sem ter ainda uma formação mais consolidada enquanto ser humano.

No tocante ao uso e entendimento da língua japonesa, este foi uma das barreiras mais citadas pelos entrevistados, isto é, os jovens que freqüentaram as escolas japonesas. Nos primeiros meses de aula, todos, à exceção de uma aluna cujo pai tinha domínio do japonês, afirmaram que não conseguiram compreender o que se ensinava na escola, portanto com problemas na adaptação e no aprendizado. No período que variou de dois a quatro meses, os alunos já compreendiam o japonês, podendo então prosseguir os seus estudos. Note-se que a barreira da língua, fez com que não conseguissem ter amizades com os colegas e até sofrendo agressões (mordidas, tapas) porque os colegas queriam conversar, mas ele não entendia (à época, o aluno citado tinha apenas seis anos). Há ainda relatos de professores que sempre foram muito amáveis e de uma escola que contratou uma professora fluente em espanhol para auxiliar os alunos; provavelmente havia mais alunos latino-americanos e o professor de espanhol estavam com disponibilidade de horário para atender os alunos. Alguns alunos complementavam o ensino da escola japonesa, com aulas particulares de japonês. Nas reuniões das escolas, os pais que não entendiam a língua recebiam o auxílio de funcionários da “empreiteira” que tinham fluência nos dois idiomas, ou de pessoas que já estavam a mais tempo no país e entendiam a língua. Houve ainda um caso de um aluno que recebeu apoio do diretor da escola e do chefe da fábrica onde o pai trabalhava, que fizeram todos os esforços, inclusive contatando o Ministério de Educação para que ele pudesse freqüentar o pré-primário e não o 1º ano, face a dificuldade de adaptação e acompanhamento dos conteúdos por sua deficiência no entendimento da língua japonesa. Ressalte-se que no Japão, o aluno tem sua matrícula condicionada a idade-série.

A opinião sobre a escola japonesa, recebeu de quase todos os entrevistados, adjetivos como: muito boa, maravilhosa, ótima, formidável, limpa, bem organizada, com professores espetaculares, rigorosos no horário, boa disciplina. Se a maioria colocou que há o ensino de conteúdo, além de outras atividades como música, natação,

educação física, há os que fazem críticas quanto a excessiva exigência no cumprimento do horário, da disciplina, observando-se que os alunos são reprimidos, tornando-os muito introspectivos e agressivos. Uma opinião que merece ser apresentada é de que havia falta de diferenciação, por parte dos professores, quanto aos estrangeiros. Uma indagação que se lança, para se refletir é: deveria haver um tratamento à parte por serem estrangeiros? Não está se buscando a igualdade de tratamento quando se critica a discriminação de que são alvo os “dekasseguis” e seus filhos?

Um outro ponto questionado foi em relação ao retorno ao Brasil. Qual a opinião sobre esta nova mudança? Como seria a recepção dos colegas, dos professores, dos familiares? E quanto a vida escolar? Como seria seu desempenho?

Na opinião dos filhos, à exceção de um que queria concluir a 6ª série no Japão, todos ficaram muito contentes em retornar ao seu país, porque poderiam rever os irmãos, os avós, os primos, os amigos. O aluno que afirmou que queria concluir a 6ª série, concordou em retornar e ficar no Brasil somente com a mãe (o pai e os irmãos ficaram trabalhando no Japão), desde que continuasse os estudos de japonês ao retornar. Há também uma resposta que evidencia a divisão que tal mudança provocou no jovem, ao afirmar: “... tinha alegria por voltar, mas tristeza por deixar os amigos”.

As motivações apresentadas para o retorno ao país, à exceção de um entrevistado, dizem respeito ao estudo dos filhos, a sua continuidade no Brasil, refazendo assim a vida escolar dos mesmos. Outras causas também são apontadas: doença na família (da mãe, da sogra), dificuldade no relacionamento com os filhos, o término do período de licença no emprego, a crise que estava se alastrando no Japão.

No retorno ao Brasil, claro é que a primeira sensação apresentada foi a de euforia, porque estava voltando ao seu lugar de origem, a sua terra natal. Porém, passada esta fase, ocorre a inevitável comparação entre os dois países, levando a emitir opiniões desfavoráveis como: “*estou decepcionado, vi o retrocesso, a sujeira, a má educação, a falta de segurança, o trânsito caótico, o mau atendimento em todos os setores: públicos e privados*”.

Outro ponto abordado é quanto a adaptação em relação à moeda, ao preço dos produtos, dos

serviços, sempre tendo como referência o Japão. Veja-se por exemplo, um caso corriqueiro, ao se fazer um paralelo entre o preço de frutas brasileiras (de clima tropical), que tem um preço muito baixo, se comparado com as do Japão; o mesmo ocorre com os imóveis, os produtos eletro-eletrônicos.

Quanto aos filhos, estes tiveram dificuldades de comunicação com os amigos e parentes, fato superado rapidamente. A reação dos jovens ao retornar ao Brasil vai da alegria do reencontro com os parentes e amigos, a maior liberdade, o espaço mais amplo, até o medo de andar na rua, a crítica à poluição, às ruas sem cuidados, a visão de crianças “sujas”, de mendigos, aflorando sentimentos contraditórios, além do que o clima diferente (ambiente tropical), faz com que as pessoas também tenham comportamentos diferenciados dos japoneses, encarando a vida com mais otimismo, mais alegria.

No que se refere ao desempenho escolar dos filhos no Brasil, as primeiras semanas foram as mais difíceis, porém, após este período se adaptaram. Há o caso de um jovem que não quis ir à aula no 1º mês porque só falava japonês e chorava muito porque não entendia o que falavam; no caso, a família e o incentivo do professor foram fundamentais para superar esta fase. Há casos de alunos que tiveram de frequentar aulas particulares de português para melhorar o desempenho, bem como um dos entrevistados apresentou seu boletim escolar com médias do 2º bimestre/98, que variavam de 6,4 a 10,0, sendo que sua nota em Português era 8,5; Matemática – 9,5; Ciências – 6,4 e Educação Religiosa – 10,0. Conforme já foi referenciado em item anterior, os alunos que trouxeram documentos comprobatórios de que frequentaram a escola japonesa, têm a revalidação e equivalência dos seus estudos no Brasil.

Na entrevista com os jovens, filhos de “dekasseguis”, foram questionados pontos relativos ao seu desempenho na escola japonesa. Estes frequentaram o pré-primário e o 1º grau, sendo que nos primeiros dias de aula, para a maior parte deles, comunicação era realizada através de gestos, com a ajuda de um professor especial para estrangeiros ou de colegas não japoneses (peruanos).

De forma geral, foram bem recepcionados, havendo apenas uma criança que afirmou ter sido agredida fisicamente. Outros foram objeto de

curiosidade, tendo sido até motivo de notícia no jornal local.

Indagados sobre o que mais gostava na escola japonesa, os entrevistados citaram as aulas de ginástica, de matemática, de música (flauta, piano), de culinária, de educação artística (desenho-dança), e de atividades como excursões e brincadeiras variadas em que tomava parte no intervalo das aulas. Quanto às ‘coisas’ de que menos gostou foram citados: usar o uniforme obrigatório, o período integral das aulas, o excesso de tarefas, fazer exercícios todas as manhãs, usar o “kanji” (ideograma japonês).

Um outro ponto ressaltado é que na escola, a limpeza era realizada pelos próprios alunos, ao contrário do que ocorre no Brasil, que conta com auxiliares para tal serviço.

Quanto aos sentimentos em relação ao Japão, todos os jovens afirmaram ter saudades do país em que moraram, seja pelos parentes, pelos amigos, pelos lugares onde passeou, pela comida. Apenas um entrevistado afirmou que não tem saudades da escola e do trabalho. Isto é sintomático porque, todos pretendem voltar algum dia ao Japão, para encontrar os amigos, para ver a neve, para esquiar, para saborear a comida, pois consideram o país limpo, lindo e seguro. Todas estas opiniões refletem as vivências positivas de cada um, pois, após anos de residência no país, possuem como referências as experiências mais gratificantes. Somente dois dos jovens entrevistados pretendem voltar ao Japão para trabalhar.

C) CONCLUSÕES PRELIMINARES

A sucinta análise dos resultados da pesquisa empírica, realizada em Maringá, permite-nos fazer algumas considerações sobre as migrações internacionais para o Japão e a formação escolar dos filhos de “dekasseguis”.

Cinco pontos devem ser destacados:

- o primeiro refere-se ao caráter temporário das migrações para o Japão, implicando na inconstância da permanência, no não enraizamento de pessoas, ou na desestruturação familiar;
- o segundo, leva em conta a peculiaridade do fluxo migratório que se circunscreve ao grupo étnico formado por imigrantes japoneses e seus descendentes, que vieram para o Brasil a partir

de 1908 e hoje fazem o caminho inverso para o Japão;

- o terceiro deve tratar do acelerado ritmo em que novas tecnologias são incorporadas ao processo de trabalho, provocando mudanças significativas nas relações de produção e por consequência nas relações de trabalho, com reflexos na constituição da força-de-trabalho de uma região ou de um país;
- o quarto diz respeito aos filhos dos “dekasseguis” que são bastante penalizados na sua formação escolar, face às diferenças de língua, de currículo e de atitudes;
- e, como último ponto, não devemos nos esquecer das barreiras encontradas por um significativo número de pessoas, no seu retorno representadas por: dificuldades de adaptação a realidade brasileira (de desemprego, de baixos salários, de insegurança, de políticas econômicas recessivas) por parte dos chefes de família, e quanto aos jovens e crianças, a necessidade de continuar os estudos, buscar alternativas para capitalizar as experiências vivenciadas no exterior, e, principalmente, lutar para não retornar ao Japão, então na qualidade de trabalhador temporário, em funções que os nacionais do país se recusam a assumir por serem perigosos, sujos e que necessitam de muita resistência física.

Os “dekasseguis” e seus filhos, entrevistados pelos pesquisadores, apresentaram, de maneira geral, opiniões positivas acerca do tempo de permanência no Japão, seja como trabalhadores, seja como dependentes. No caso específico dos jovens em idade escolar, aparentemente, o impacto da mudança de país nos seus estudos pode ser minimizado de diversas formas: com o auxílio dos dirigentes de escolas e dos professores, dos “dekasseguis” mais experientes e com fluência na língua japonesa, dos funcionários das “empreiteiras” que atuam como intérpretes, além dos colegas de classe que, na medida do possível, auxiliaram os alunos estrangeiros a superar as dificuldades inerentes a qualquer aprendizado.

Portanto, nestas conclusões preliminares, o que pudemos verificar, tanto no Japão, quanto no Brasil, foi a existência de uma postura solidária para com aqueles que saíram e retornaram, compondo um dos mais intensos movimentos internacionais de população do país.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A) Fontes de pesquisa

- Pesquisa realizada no 2º semestre/98, junto aos “dekasseguis” e filhos em idade escolar, Maringá-Paraná.
- Entrevista com o dr. Shudo Yassunaga, vereador da Câmara Municipal de Maringá e sr. Eduardo Sasaki, dirigente da Associação Paranaense de Amparo as Pessoas Idosas “Wajun-Kai” e M. Hossokawa, ex-presidente da ACEMA, Maringá.
- Entrevistas com o sr. Prefeito Municipal, com a Secretária de Educação do Município de Maringá, com dirigentes do Instituto de Língua Japonesa da Universidade Estadual de Maringá, com a Chefe do Núcleo Regional de Educação de Maringá, com a direção e professores da Escola São Francisco Xavier, Maringá.

B) Bibliografia

- ASARI, A .Y. e YOSHIOKA, R. Migrações ultramarinas. Trabalhadores brasileiros no Japão. *Revista Semina/Ciências Sociais/Humanas*. Londrina,UEL, v.17,n.3,set/96 p.237-245
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SETENTRIÃO PARANAENSE. *Revista AMUSEP*. Maringá,janeiro//98
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo, 1975
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. *Legislação-Parecer 266/96, Deliberação 006/98*
- FRANCO, M.L.P.B. *Ensino Médio: desafios e reflexões*. Campinas, Papyrus, 1992
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 4.ed. São Paulo, Ed.Loyola, 1994
- PADIS, P.C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PATARRA, N.L. e BAENINGER, R. Migrações internacionais recentes: o caso do Brasil, in *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*, org.N.L.Patarra, 2.ed. Campinas/FNUAP, 1995. (v.1)
- PATARRA, N.L. (coord). *Migrações internacionais. Herança XX e Agenda XXI*. Campinas,FNUAP, São Paulo:Oficina Editorial, 1996 (v.2)
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. *Plano de manejo do Bosque II*. Maringá,1993
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. *Sinopse Estatística*, UEM, Maringá,1998
- WACHOVICZ, C.R. *História do Paraná*. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1988]